

DESCENDENTES DE NATIVOS DA ZONA DA MATA MINEIRA -Lembranças, trajetórias e memórias-

Marcos José Veroneze Soares

Resumo: Este trabalho constitui-se num projeto de identificação de descendentes de nativos da Zona da Mata Mineira, bem como de suas memórias e do significado atribuído por eles à sua ancestralidade. A pesquisa se fundamenta, inicialmente, em fontes orais para, em seguida, analisar fontes outras como documentos pessoais, fotografias e fontes paroquiais e cartoriais, visando reconstituir as trajetórias de algumas famílias. Os objetivos iniciais são de identificar um contingente - já significativo até o atual estágio de nossos trabalhos - de descendentes de nativos da região, tentando demonstrar que, se a miscigenação foi uma estratégia de dominação, através de um processo de deculturação/aculturação utilizado pelos colonizadores, parece ter sido também, por outro lado, uma forma de sobrevivência para a população nativa. A partir de interessantes resultados já colhidos até o momento, à pesquisa poderá também servir de base para futuros projetos de formação, organização e mobilização de grupos de descendentes de nativos da região, visando ao reconhecimento de direitos específicos relativos à sua ancestralidade.

Palavras-chaves: nativos; zona da mata mineira; memória; ancestralidade.

Abstract: This work consists in a project of identification of descendants of natives from Minas Gerais' Zona da Mata, as well as their memories and the meaning given by them to their ancestry. The research is based initially on oral sources, to later consider other sources such as personal documents, photos and sources from notary public offices, the objective is to reconstitute some families' trajectories. Initial aims are to identify a contingent –already significant at our actual stage of our work- of descendants from natives of the region, trying to demonstrate that, if miscegenation was a domination strategy, through a cultural imposition process, used by colonizers, on the other hand it also seems to have been a way of survival for the native population. From interesting results already achieved, the research may also serve as basis for future projects of formation, organization and mobilization of native's descendant groups, aiming the recognition of specific rights relating to their ancestry.

Keywords: native, zona da mata mineira, memories, ancestry

Introdução

Em nossa experiência de mais de duas décadas nas lides da Educação básica, constatamos que a figura do “índio” vem sendo enfocada de maneira equivocada, revestindo-se de estereótipos que pouco tem a ver com a realidade.

Percebe-se, de início, que o estudante, criança ou adolescente, constrói -a partir dos ensinamentos que recebe desde os anos iniciais de escolaridade- uma imagem romântica dos nativos do Brasil que, sem uma melhor fundamentação histórica ou antropológica, pode

resultar em atitudes de indiferença ou mesmo de preconceito. Sobretudo se considerarmos que, no decorrer de sua trajetória escolar, esse estudantese defronta, com frequência, com valores originários do Iluminismo, relativos à exaltação do progresso e da evolução científico-tecnológica como algo positivo em termos absolutos. Nesse sentido, nos baseamos também em interessantes artigos de Luciane Monteiro Oliveira, sobre a simbolização do indígena no imaginário dos professores e sobre a relação entre a política indigenista e a construção da imagem dos nativos pela sociedade brasileira. (OLIVEIRA: 2006)

Acreditamos que, entre os fatores que tornam possível a construção desse estereótipo, por vezes romântico e por vezes preconceituoso, encontra-se um considerável distanciamento - no tempo ou no espaço - com que se aborda a figura do “índio”. Este teria vivido num tempo muito distante em nossa região, ou vive hoje num local muito distante -- sobretudo região amazônica.

Interessa-nos particularmente este que “teria vivido” muito tempo atrás em nossa região, ou seja, na Zona da Mata. Mas sobre estes resta muito pouco, além do que vem sendo levantado recentemente em importantes pesquisas arqueológicas e trabalhos envolvendo pesquisa com memória, patrimônio histórico e cultural e fontes orais, bem como atividades na área de educação patrimonial, tudo isso desenvolvido pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (OLIVEIRA: 2006)

De lembrança um pouco mais próxima, mas, de início, bastante negativa ou mesmo preconceituosa, há apenas a figura do “puri pego no laço”. E foi exatamente a idéia contida nessa expressão -desde há muito conhecida por todos-, aliada àquela preocupação com a representação da figura do índio manifestada no parágrafo inicial, que conduziram a este trabalho de pesquisa.

Em conversas informais com alunos, bem como com colegas professores, tanto da Educação básica quanto do Ensino Superior-que funcionaram, na verdade, como uma espécie de sondagem inicial para nossa pesquisa-, percebemos que a clássica afirmação “minha bisavó era uma índia puri que foi pega no laço pelo meu bisavô”, passou a se multiplicar de forma impressionante. A frequência e intensidade com que as informações e relatos nos chegavam nos levaram a dois indícios bastante claros. Se, por um lado, a expressão carregada de juízo de valor confirmava uma visão preconceituosa a do nativo selvagem-, por outro lado apontava no sentido de uma presença -sobrevivência- bastante forte de nativos em nossa região embora, obviamente, já miscigenados há algumas gerações. O interesse e a percepção da necessidade de se tentar dimensionar a marca dessa presença nativa na Zona da Mata Mineira é o móvel inicial do presente trabalho.

Nossos objetivos são, portanto, primeiramente, demonstrar a presença -sobrevivência- de um contingente significativo de remanescentes da população nativa em nossa região nos dias atuais: em segundo lugar, pretendemos também contribuir para a desmistificação da noção do nativo distante, no tempo ou no espaço; por fim, pretendemos também contribuir para a valorização da memória, ou mesmo para um possível resgate da “identidade cultural” dos nativos da região, ainda que este último propósito tenha possibilidades mais remotas e dependeria, obviamente, do interesse dos próprios sujeitos -descendentes de nativos- resultantes do levantamento feito na fase inicial dos trabalhos.

Lembranças, Memória e Esquecimento

*“...Conseguiu-se fixar na memória cinco ou seis ‘não quero’ , cinco ou seis promessas, para viver usufruindo das vantagens da sociedade –e efetivamente! Graças a essa espécie de memória, conseguimos finalmente mostrar-nos ‘ razoáveis’. Ah! A razão, a seriedade, o domínio das paixões, todo esse tenebroso negócio que se chama reflexão, todos esses privilégios e esses atributos pomposos do homem, como custaram caro!
Quanto sangue e quanto horror repousam no fundo de todas as ‘coisas boas!’”
F. Nietzsche – A Genealogia da Moral.*

Não nos cabe aqui trazer à tona a discussão sobre as relações entre Memória e História, uma vez que nosso trabalho se situa em um estágio ainda anterior, ou seja, o das relações entre Lembrança e Memória. Segundo Astor Antônio Diehl, a lembrança não passa de “rastros e restos de experiências perdidas no tempo, como pegadas do passado, praticamente impossíveis de serem atualizadas historicamente”, enquanto que a memória se relaciona a “experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável” (DIEHL: 2002, 115-116). Nossa intenção consiste sobretudo em tentar, ao pesquisar os remanescentes miscigenados dos nativos da Zona da Mata Mineira, reconstituir esses “rastros e restos”, de forma que, em havendo interesse desses sujeitos, avaliar a possibilidade de se operar a transformação das lembranças em memória.

Trata-se de um processo de difícil operacionalização se considerarmos, pelo menos, três aspectos. Primeiramente, a questão dos recursos, humanos e materiais, para o que lançamos mão do precioso trabalho dos graduandos do curso de História da FAFISM, bem como de parcerias com ONGs e Secretarias de Cultura dos municípios da região.

Existe também a questão -esta mais propriamente teórica- do esquecimento, ou silêncio, que obviamente não significam a mesma coisa. O silêncio do entrevistado pode sugerir um “esquecimento” deliberado por parte de quem busca superar ou evitar constrangimentos e possibilidades de se expor a atitudes preconceituosas e discriminatórias, como nos alerta Diehl ao resgatar o Nietzsche da “Genealogia da Moral”. (DIEHL: 2002, 115)

Uma outra questão, estreitamente ligada à anterior, se constitui no risco, sempre presente em situações dessa natureza, de que essas lembranças sirvam de referência para “romantizar” o passado, como também nos alerta o autor supracitado. Todavia, o resgate desse passado, difusamente identificável através do biotipo, ou mesmo do reconhecimento de uma ancestralidade nativa, admitida às vezes de forma discreta ou dissimulada, pode também resultar num ato de libertação desses sujeitos. Isto poderia se dar no sentido de uma afirmação, individual ou coletiva, de quem sobrevive -ou mesmo ascende socialmente- em condições culturais adversas. Nesse caso, o resgate da memória pode resultar na reconstrução de uma identidade que, até então, estava ancorada-e, portanto, deliberadamente “esquecida”- na vergonha e no constrangimento, mas que poderia passar a ter um significado positivo para os descendentes das populações nativas da Zona da Mata Mineira.

No entanto, apesar das dificuldades acima elencadas, e considerando a articulação dos trabalhos de pesquisa com memória com a concepção -claramente pertinente para o nosso caso- da “história vista de baixo”, acreditamos estar iniciando uma empreitada relevante, sobretudo se nos basearmos na observação feita por Jim Sharpe, no sentido de que

“a história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.” (SHARPE: 1992, 59).

Etnogênese e Etno-História

As pesquisas antropológicas na área da etnogênese, voltam-se sobretudo para comunidades concretamente constituídas e espacialmente localizadas -notadamente comunidades rurais- formadas por descendentes de nativos, como podemos perceber através da obra organizada por João Pacheco de Oliveira, “A Viagem da Volta –etnicidade, política e

reelaboração cultural no Nordeste indígena¹”. Os trabalhos contidos nesta obra consistem basicamente na tentativa de reconstrução da identidade cultural dessas referidas comunidades, visando, geralmente, ao reconhecimento oficial de sua ancestralidade nativa, o que resultaria no direito aos benefícios decorrentes de uma legislação mais ou menos recente, sobretudo no que diz respeito à titularidade da propriedade da terra.

Nosso trabalho difere daqueles acima referenciados em dois aspectos básicos. Primeiramente, não temos -ao menos em princípio- a pretensão de atingir resultados práticos em relação à geração de quaisquer direitos para o contingente pesquisado, ainda que, obviamente, louvemos a justeza das demandas das comunidades referidas na obra supracitada, bem como o importante trabalho dos pesquisadores que se debruçam sobre esse problema. No nosso caso, a iniciativa de qualquer demanda no sentido da geração de direitos, deveria partir dos próprios sujeitos diretamente afetados. Em segundo lugar, nosso objeto de pesquisa não se localiza numa comunidade espacialmente definida, mas, ao contrário, encontra-se pulverizada num contexto social e cultural, bem como num espaço num mais amplo e, portanto, de acesso mais complicado.

Estaríamos, portanto, inseridos no domínio da etno-história, que, segundo Edgar Ferreira Neto, é parte componente de “...uma história cultural, descentrada no estudo das relações entre os grupos étnicos, descentrada no estudo dos processos internos de aculturação”. (FERREIRA NETO: 1997, 325)

Tratam-se, na verdade de processos de deculturação-aculturação (RIBEIRO: 1996, 27), o que dificulta ainda mais o levantamento das informações que possam servir de base para a possível reconstituição de uma identidade cultural. Há que se levar em conta, portanto, “a valorização do saber não letrado, da tradição oral e de tudo aquilo tido por ‘cultura popular’”, considerando que “a etno-história trabalha ... em situações extremas no tocante às especificidades documentais”. (FERREIRA NETO: 1997, 326).

Entretanto, como se trata, primeiramente, de partir do reconhecimento e do registro de uma ancestralidade nativa para, num segundo momento, trabalhar no sentido da reconstrução da memória desses descendentes, devemos descartar, desde já, qualquer “ilusão autóctone”, pois, segundo Rodrigo de Azeredo Grunewald “grupos indígenas surgem situacionalmente da mesma forma que suas tradições podem ser situacionalmente reconstruídas” (GRUNEWALD: 2004, 140). Essa afirmação aponta em direção à possibilidade de atingirmos

¹ OLIVEIRA, J. P. A Viagem da Volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED. Esta obra é composta de vários artigos de diversos autores. Alguns deles serão citados e referenciados no decorrer de nosso trabalho.

resultados positivos em nosso trabalho, o que já estamos constatando, a partir dos resultados iniciais, conforme veremos adiante

Fontes e Metodologia

Inserido no domínio da etno-história, nosso trabalho herda, conforme a argumentação anteriormente apresentada, suas dificuldades, sobretudo no que diz respeito aos aspectos metodológico e documental.

Embora estejamos levando em conta o trabalho com fontes cartoriais e, até mesmo, arqueológicas, na fase inicial da pesquisa, estamos trabalhando com documentos pessoais, análise de topônimos e, fundamentalmente, com fontes orais.

Consideradas as questões mais relevantes levantadas nos vários artigos da obra coordenada por Janaína Amado e Marieta Ferreira, “Usos e Abusos da História Oral”, destacamos aqui duas dessas questões. Em primeiro lugar, a noção já bastante difundida do caráter sempre coletivo de toda memória individual, afinal “um passado... nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO: 2005, 94).

Em segundo lugar, encontra-se a questão da veracidade dos depoimentos. Assim como qualquer fonte -escrita ou não- deve ser devidamente examinada, também os depoimentos dos entrevistados podem, e devem, ser cotejados com outros depoimentos, bem como com fontes de outra natureza. Deve-se levar em conta, portanto, como nos lembra Daniele Voldman, que

“nada permite retirar da testemunha a posição que ela adquiriu ao aceitar depor. Presume-se, portanto, que ela seja sincera, em virtude da posição de que fala, resumindo-se toda a questão na maneira dessa sinceridade. Donde a dificuldade de levar em conta as múltiplas facetas da sinceridade do depoimento e a facilidade de ‘manipular’ a fonte mediante verificações, acréscimos, omissões antecipações ou recuos.”
(VOLDMAN: 2005, 264-265).

Ainda em relação a essa questão da veracidade dos depoimentos das testemunhas, há que se levar em conta os seguintes aspectos: não há, ao menos em princípio, qualquer expectativa de benefício no sentido da geração de direitos a partir da declaração de uma ancestralidade nativa -diferentemente dos casos referidos no item Etnogênese e Etno-História; além disso, seria de se esperar, na verdade, um certo constrangimento em admitir a condição de descendente de “uma puri pega no laço” por parte dos entrevistados -o que, de

fato, não se confirmou, como veremos mais adiante-; por fim, pode-se perceber também que, ainda que os descendentes de nativos tenham tido acesso a uma visão idealizada romantizada sobre os primeiros habitantes do Brasil, o que poderia influenciar seus depoimentos, notamos, na verdade, que suas declarações se caracterizam por lembranças bastante localizadas no contexto familiar, com referências específicas em relação às suas observações, bem como em relação aos familiares que lhes passaram as informações.

Portanto, a partir do exposto acima, é possível trabalhar com relativa tranquilidade no tocante à confiabilidade dos depoimentos colhidos.

Por fim, podemos apontar no sentido de que o interesse dos entrevistados - objeto\sujeito de nossa pesquisa- poderá resultar num trabalho de reconstrução de trajetórias de famílias, a partir não só da orientação mas também da inspiração propiciada pelo brilhante trabalho de Elione Guimarães sobre os afro-descendentes de Juiz de Fora (GUIMARÃES: 2006).

Colonização e Mestiçagem

Em seu trabalho sobre a Revolta do Itambacuri (1893), em Minas Gerais, ao analisar as estratégias dos missionários para conversão dos Botocudos, Izabel Missagia de Mattos concluiu que a mestiçagem foi largamente usada, no início do século XX, como “um dos principais instrumentos da catequese ‘bem sucedida’ dos Botocudos do Mucuri”. (MATTOS: 2004, 344)

A partir do sucesso inicial das primeiras experiências, os missionários passam a conseguir recursos do poder público para essa finalidade, confirmando-se, portanto, essa estratégia da mestiçagem “como a solução mais fácil e garantida para o problema social dos índios, principalmente o da dificuldade de sua sujeição às ‘leis’ do mundo ‘civilizado’” (MATTOS: 2004, 347).

A autora não explicita, entretanto, questões de gênero, ou seja, se se incentivava a mestiçagem de homens e mulheres nativas com mulheres e homens “civilizados”, ou se apenas as mulheres nativas eram incorporadas à “civilização” através dos casamentos. As referências ao problema da conversão, de acordo com os documentos analisados por Izabel Mattos, seriam relativos a “índios” de “gênio forte e turbulento”, com ascendência sobre os demais, ou seja, lideranças que poderiam prejudicar o trabalho de conversão feito pelos

missionários. Para retirar os índios mais “mansos” do alcance dessa potencial influência “negativa” é que se recorria à mestiçagem.

Já Darcy Ribeiro, em sua obra “Os Índios e a Civilização”, na qual analisa o impacto sofrido pelas populações tribais devido ao contato com a “civilização”, destaca um outro aspecto da mestiçagem. Embora sua análise seja sobre esse impacto no século XX, o autor faz referência à miscigenação no início da colonização, concluindo que dois fatores se destacariam nesse processo. Em primeiro lugar, a falta de mulheres brancas ou negras nas frentes de colonização, “propiciava a união com índias”. Em segundo lugar, a escravização de índios, que “permitia isolar cada índio de sua gente para mais facilmente deculturá-lo e desgastá-lo como mão-de-obra”. Os sobreviventes desse processo de integração forçada à nova etnia, “se chegavam a reproduzir, geravam filhos já incorporados nela” (RIBEIRO: 1996, 482).

Tanto as sondagens preliminares quanto os resultados iniciais de nossa pesquisa apontam no sentido do primeiro fator destacado por Darcy Ribeiro -possivelmente aliado ao empenho da atividade missionária. Embora não tenhamos condições de recuar nossa análise para muito aquém do final do século XIX, percebemos, já a partir das sondagens iniciais, que a incidência de casamentos de ex-escravos, como também de imigrantes europeus, com mulheres nativas é considerável. O recurso a fontes demográficas poderá esclarecer melhor sobre essa questão, no entanto, já é possível firmar a convicção sobre a presença de um significativo contingente de pessoas com ancestralidade nativa em nossa região, a partir dos resultados de que já dispomos.

Presença Nativa na Zona da Mata Mineira

É sabido, através de fontes diversas² que a Zona da Mata Mineira era habitada, quando da abertura das frentes de colonização -a partir da segunda década do século XIX- por grupos de Coroados, Coropós e Puris. Sobre os dois primeiros grupos, são raríssimas as referências encontradas atualmente. Sobre os puris, entretanto, as referências são freqüentes. Tão freqüentes que parece haver uma relação de sinonímia entre as expressões “índio” e “puri”. Toda pessoa de pele morena e cabelos pretos e lisos -que tenha, portanto, um biotipo

² Entre essas fontes destacam-se, sobretudo, os relatos de viajantes que passaram pela região no século XIX bem como o pioneiro trabalho de Paulo Mercadante, *Os Sertões do Leste: estudo de uma região, a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

comumente associado com índio- é logo identificada como tendo uma possível ancestralidade puri.

Uma referência a aspectos comportamentais e demográficos feita por Spix e Martius, já em 1818, resgatada por Wladimir Isaac Acácio Reis, dá conta de dois aspectos interessantes. Primeiro, a existência de um número estimado de 4 000 puris, 2 000 coroados e apenas 300 coropós. Em segundo lugar, além de mais numerosos, os puris ainda resistiam, naquele momento, à presença e conseqüente domínio português sobre a região³.

Tal referência parece apontar no sentido de maiores possibilidades de sobrevivência dos puris em relação aos dois outros grupos. Mesmo se considerarmos -a partir mesmo dos relatos dos viajantes- as freqüentes movimentações desses grupos pela região da Zona da Mata Mineira, bem como a proximidade e convivência -às vezes pacífica, às vezes não- entre eles, é possível concluir, de acordo com os resultados iniciais de nossa pesquisa, que os primeiros habitantes de nossa região sobreviveram, apesar de submetidos a elementos nocivos como “os aldeamentos, a Igreja, os diretores de presídio, o comércio, a legislação indígena, os colonos, a cachaça e muitas outras atrocidades culturais ... assinaladas nas entrelinhas dos diários de viagem” (REIS: 2002, 63). E talvez tenham sobrevivido exatamente por terem sido “pegos do laço”, ou seja, talvez a mestiçagem, usada claramente como um instrumento de dominação, tenha sido um fator de sobrevivência dos nativos da região.

Nesse sentido, os resultados iniciais de nossa pesquisa apontam muito nitidamente na direção de uma presença significativa de descendentes de nativos na Zona da Mata Mineira. Num levantamento feito no município de Mirai, num universo de 165 domicílios pesquisados, em 25 deles foram encontradas pessoas com ancestralidade nativa. Dessas 25 famílias, ramificam-se 288 familiares diretos, portanto, também com ascendência nativa, embora, obviamente, distribuídos por vários outros domicílios. De modo que, sem sombra de dúvida, podem-se projetar números mais conclusivos sobre a presença marcante de descendentes dos primeiros habitantes da região nos dias atuais.

Um outro aspecto interessante que pode ser observado, já nesse início de pesquisa, é quanto ao significado da ancestralidade nativa para os entrevistados

Perguntados se a condição de descendentes de nativos seria, para eles, motivo de *orgulho*, *indiferença* ou *constrangimento*, a metade respondeu com a primeira opção e uma outra metade com a segunda, sendo que nenhum dos entrevistados demonstrou

³ REIS, W. I. A. Pulchrum et Turpe: Índios Puri, Coroado e Coropó sob a Ótica dos Viajantes do Século XIX. Este trabalho foi apresentado ao PREPES – PUC MG, para obtenção do título de Especialista em História do Brasil, em 2002.

constrangimento, o que se configurou para nós como uma grata surpresa. E, imediatamente a seguir, instados a opinar sobre a importância que eles atribuiriam à nossa pesquisa, à exceção de um dos entrevistados, todos os demais responderam positivamente, comentando inclusive, sobre a importância desse resgate do passado, a partir observações como as que se seguem: “É uma história que precisa ser lembrada”; “É a coleta de um exemplo para o futuro”; “Interessante. Já me despertou a curiosidade de saber mais coisas de meus antepassados”; “É uma coisa boa para as pessoas conhecerem suas origens; “É uma coisa boa que ninguém nunca procurou saber”; “É boa. Ninguém nunca inventou de fazer uma pesquisa assim comigo”. Portanto, diante da excelente e quase unânime receptividade em relação à importância da pesquisa, parece-nos que aqueles que demonstraram, inicialmente, uma indiferença em relação à sua ancestralidade nativa, assim se manifestaram provavelmente porque, até então, ainda não haviam sido provocados a refletir de forma mais concreta sobre essa condição.

Um outro aspecto que merece destaque em relação à análise possível nesse estágio de nossos trabalhos diz respeito aos aspectos culturais mais presentes, entre os entrevistados, em suas lembranças dos antepassados. Entre as opções, *culinária*, *festas*, *comportamento*, *métodos curativos* ou *discriminação* por parte dos “civilizados”, os aspectos mencionados com mais frequência foram, pela ordem, comportamento, culinária e métodos curativos.

Em relação ao *comportamento*, além das atividades de caça, pesca e coleta, destaca-se o caráter arredo -todas as avós e bisavós teriam sido “pegas no laço”, sendo que uma entrevistada, de 59 anos de idade, declarou que a avó “foi pega a laço e cachaça, ficando presa 1 ano para amansar”- e um excessivo consumo de cachaça, às vezes obtida através de furtos a alambiques.

No tocante à *culinária*, são abundantes as referências a tubérculos, como batata doce e cará, bem como a palmito e outros alimentos da flora nativa da região.

Quanto aos *métodos curativos* usados pelos antepassados dos entrevistados, são citados vários tipos de chás e macerados de folhas, cascas e raízes, medicamentos esses que são, ainda hoje, bastante utilizados pelos mesmos.

Por fim, para além desses aspectos culturais indagados a partir do instrumento de pesquisa utilizado, os entrevistados fizeram freqüentes referências a artefatos produzidos e utilizados pelos antepassados, como potes de cerâmica, cuias, coités e cumbucas.

Diante do exposto, podemos concluir por uma avaliação bastante positiva de nossos trabalhos até esse estágio em que nos encontramos, projetando claras possibilidades de atingir os objetivos propostos, sobretudo após a apresentação neste evento, o que, evidentemente,

dará mais ressonância ao mesmo, propiciando maiores possibilidades de formação de parcerias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Afinal, se os próprios entrevistados- mais sujeitos do que objetos de nossa pesquisa- consideram importante este trabalho, nós, que os provocamos inicialmente, nos sentimos no dever de dar continuidade às atividades, sobretudo se levarmos em conta afirmações como a de Dona Maria Braz Crispim, uma entrevistada já centenária que, no decorrer da entrevista, convidada a dar sua opinião sobre a pesquisa, respondeu: “Será uma coisa boa, pois irá resgatar muita memória e levantar muita coisa escondida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais – Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Invenção ou Renascimento. – Gênese de uma sociedade contemporânea no Nordeste. In OLIVEIRA, João Pacheco de. A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAFESP, 1992.

DIEHL, Astor Antonio. Cultura Historiográfica – memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FERREIRA NETO, Edgar. História e Etnia. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A Descoberta do Museu pelos Índios. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e ‘regime de índio’ na Serra do Uma. In OLIVEIRA, J. P. (org.). A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

GUIMARÃES, Elione Silva. Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação; família, trabalho, terra e conflito. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

KHOURY, Y. M. A. Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e sujeito na história. In FENELON, et all (orgs.) Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: Olho d’água, 2004.

MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste: estudo de uma região, a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

NIETZSCHE, Friedrich, A Genealogia da Moral. São Paulo: Escala.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Desenvolvimento, resultados avaliação e desdobramentos: seis anos do Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. In OLIVEIRA, A. P. P. L. de (org.). Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira. Juiz de Fora: Editar, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “índios misturados”. Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In OLIVEIRA, J. P. de (org.). *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

OLIVEIRA, L. M. de. A Simbolização do Indígena no Imaginário dos Professores de Ensino Fundamental. In OLIVEIRA, A. P. P. L. de (org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

OLIVEIRA, L. M. de. A Trama da Política Indigenista na Contextura do Imaginário. In OLIVEIRA, A. P. P. L. de, (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Ática, 1998.

REIS, Wladimir Isaac Acácio. *Pulchrum et Turpe: índios puri, coroados e coropó sob a ótica dos viajantes no século XIX*. Cataguases, MG: 2002. Trabalho apresentado ao PREPES – PUC/MG, para obtenção do título de Especialista em História do Brasil.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização – A integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROUSSO, Henry. A Memória não mais o que era. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

VOLDMAN, Daniele. A Invenção do depoimento oral. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.